



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2004

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

José Cordeiro Neto (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 10, n. 11, nov. 2004. 35 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em novembro, o Governo Central registrou superávit primário de R\$ 1,8 bilhão, acumulando no ano saldo de R\$ 52,9 bilhões (3,30% do PIB), contra R\$ 45,2 bilhões (3,19% do PIB) obtido em igual período de 2003. Em relação a outubro, o resultado primário do Governo Central foi inferior em R\$ 3,1 bilhões em função do recolhimento sazonal do IRPJ, da CSLL e da cota-parte de compensações financeiras naquele mês, sem a mesma correspondência no mês em análise. Devido a essa sazonalidade, a parcela da cota-parte repassada a estados e municípios aumentou em novembro, contribuindo para reduzir o superávit do mês. Além disso, houve o pagamento do 13º salário dos servidores de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e o recolhimento dos encargos incidentes (IR e CPSS), antecipando parte do aumento das despesas com pessoal e encargos de dezembro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2003-2004

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	OUT 2004	NOV 2004	JAN-NOV 2003	JAN-NOV 2004
I. RECEITA TOTAL	36.281,3	34.076,2	321.740,0	375.618,4
I.1. Receitas do Tesouro	28.410,3	26.258,7	252.439,6	293.980,8
I.1.1 Receita Bruta	30.355,5	27.428,5	262.727,5	307.131,8
I.1.2. (-) Restituições	-1.945,2	-1.169,8	-10.288,0	-13.151,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.758,7	7.680,8	68.432,5	80.534,3
I.3. Receitas do Banco Central	112,2	136,8	867,8	1.103,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.704,0	6.220,5	55.292,8	61.214,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	30.577,3	27.855,7	266.447,2	314.403,8
IV. DESPESA TOTAL	25.754,8	26.096,0	221.200,0	261.538,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.119,6	8.106,9	68.970,7	76.719,9
IV.2. Benefícios Previdenciários	10.314,1	10.141,8	90.582,0	105.249,1
IV.3. Custeio e Capital	8.125,1	7.630,0	60.092,3	77.719,9
IV.3.1. Despesa do FAT	979,7	608,7	7.819,6	8.782,5
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	324,8	413,3	3.447,1	3.516,3
IV.3.3. LOAS/RMV (1)	679,8	686,5	4.058,4	7.419,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.140,8	5.921,6	44.767,2	58.001,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	63,7	54,6	468,0	549,4
IV.5. Despesas do Banco Central	132,3	162,6	1.086,9	1.300,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV+V)	4.822,5	1.759,8	45.247,2	52.865,1
V.1. Tesouro Nacional	7.397,9	4.246,7	67.615,7	77.777,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-2.555,3	-2.461,1	-22.149,5	-24.714,8
V.3. Banco Central (3)	-20,1	-25,8	-219,0	-197,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,19%	3,30%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro deste ano passou a ser computado juntamente com LOAS, integrando o resultado do Tesouro Nacional.

(2) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

No ano, as despesas do Governo Central cresceram R\$ 40,3 bilhões (18,2%) totalizando R\$ 261,5 bilhões, enquanto a receita líquida de transferência a estados e municípios cresceu R\$ 48,0 bilhões (18,0%), totalizando R\$ 314,4

O resultado do Governo Central acumulado até novembro deste ano corresponde a 3,30% do PIB do período.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2004/2003	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	16,7%
Tesouro	16,5%
Previdência	17,7%
Transferências	10,7%
Receita Líquida	18,0%
Despesas	18,2%
Benefícios	16,2%
Pessoal	11,2%
Custeio e Capital	29,3%

Com a revisão do valor do PIB de 2003 e 2004 pelo IBGE, o resultado do Governo Central como proporção desse indicador sofreu alterações: até outubro, o superávit, que em 2003 representava 3,45% do PIB estimado, caiu para 3,35%; este ano, que no mesmo período representava 3,66% do PIB, passou para 3,54%. No acumulado até novembro, nos dois anos em tela, o resultado se reduz devido à dinâmica dos gastos públicos relativamente maior nos últimos meses do ano.

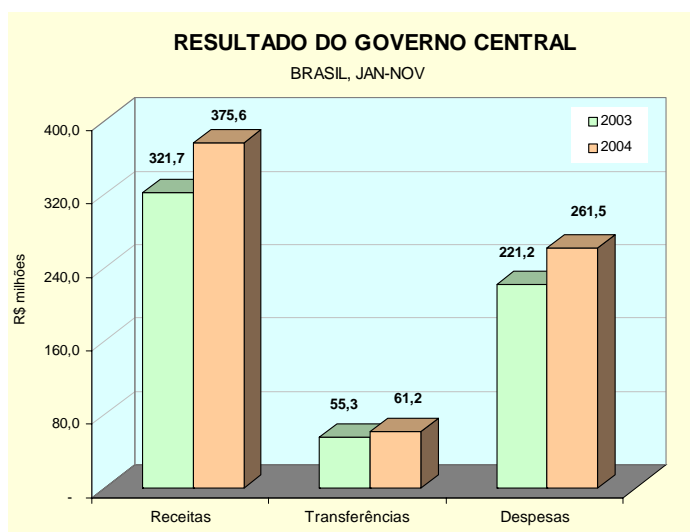
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receita Total	22,70%	23,41%
Transferências	3,90%	3,82%
Receita Líquida	18,80%	19,60%
Despesa Total	15,60%	16,30%
Resultado Primário	3,19%	3,30%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Tesouro Nacional	4,77%	4,85%
Previdência Social	-1,56%	-1,54%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	3,19%	3,30%

bilhões, não obstante o aumento em 27,8% das restituições do imposto de renda em 2004, que se mostrou bem maior que o crescimento nominal de 14,3% da arrecadação deste tributo. As despesas com benefícios assistenciais, notadamente LOAS/RMV, os subsídios à habitação (PSH), as despesas com reforma agrária e as demais despesas de custeio e capital do Tesouro Nacional têm crescido acima da média.

O superávit do Tesouro Nacional aumentou em 0,06 ponto percentual do PIB vis-à-vis 2003, enquanto o déficit da Previdência diminuiu em 0,02 ponto percentual, em parte devido a alterações na forma de pagamento e provisionamento do 13º salário em 2004.

A execução orçamentária vem se comportando de acordo com o estabelecido nos Decretos de Programação Orçamentária e Financeira, em linha com o objetivo de cumprimento das metas de resultado primário da LDO, já considerados as últimas estimativas do PIB.



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Receitas do Tesouro (*)	17,81%	18,32%
Transferências	3,90%	3,82%
Despesas do Tesouro	9,14%	9,66%
Resultado Primário	4,77%	4,85%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

As receitas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 41,5 bilhões (16,5% em termos nominais), atingindo o montante de R\$ 294,0 bilhões este ano, contra R\$ 252,4 bilhões até novembro do ano anterior. O comportamento da receita está associado a diversos fatores, dentre os quais se destacam: i) aumento da alíquota da Cofins incidente sobre entidades financeiras, da CSLL sobre empresas prestadoras de serviço e do IPI-Fumo (ao mesmo tempo em que houve redução das alíquotas do Imposto de Importação e do IPI sobre automóveis e bens de capital); ii) medidas administrativas para melhoria da eficiência da arrecadação e combate à sonegação, tais como a retenção na fonte de Cofins, IRPJ, PIS e CSLL referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, extinção de crédito presumido PIS/Cofins no IPI e instituição do Paes; iii) ampliação da base de arrecadação, com a incorporação do PIS/Cofins (não-cumulativa) sobre importações, com efeitos transitórios sobre a base das

importações de bens intermediários, na medida em que o pagamento do tributo é deduzido dos valores devidos na venda dos produtos finais em que o bem importado é incorporado; e iv) regulamentação da contribuição da União ao regime de previdência do servidor público (CPSS), em seguida à decisão do STF favorável à constitucionalidade do pagamento pelos servidores inativos, com efeito neutro sobre o resultado, uma vez que a receita, de um lado, é compensada pelo registro de despesas com encargos, de outro.

As transferências a estados e municípios somaram R\$ 61,2 bilhões até novembro, R\$ 5,9 bilhões acima do registrado no mesmo período de 2003, o que se traduz por ligeira queda quando expressas como proporção do PIB (0,08 ponto percentual). O repasse da CIDE já alcançou R\$ 1,1 bilhão, sem correspondência no ano anterior. Entre os fatores que explicam o menor crescimento das transferências estão: i) ocorrência, em 2003, de transferência adicional de valores referentes à renegociação da Lei Kandir de 1999, sem correspondência este ano; ii) repasses de *royalties* relativamente maiores em 2003 devido ao comportamento do dólar no início daquele ano; e iii) crescimento relativamente menor da arrecadação do IR (7,7%), em conjunto com o volume relativamente maior de restituições do tributo este ano, reduzindo-se a base de cálculo para repasse ao FPE e ao FPM.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram R\$ 25,4 bilhões (19,7%) em relação ao período de janeiro a novembro de 2003, atingindo o montante de R\$ 156,0 bilhões. Esse comportamento está associado, em parte, ao crescimento vegetativo dos salários do funcionalismo público e da reestruturação de carreiras estratégicas, com impacto na folha de pagamentos da ordem de R\$ 7,7 bilhões. Além disso, houve incremento de R\$ 17,6 bilhões nas despesas de custeio e capital, que inclui o aumento nos gastos com benefícios sociais, em especial a LOAS (R\$ 5,8 bilhões em 2004, contra 2,7 bilhões em 2003), subsídios à habitação – PSH (R\$ 360,3 milhões contra R\$ 154,3 milhões), e reforma agrária – TDA (R\$ 696,8 milhões contra R\$ 132,9 milhões).

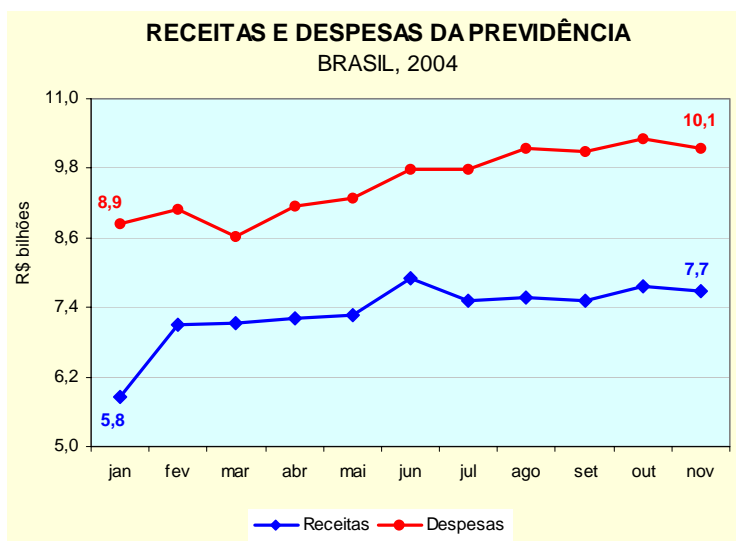
Por fim, a Previdência Social apresentou déficit de R\$ 24,7 bilhões este ano, contra R\$ 22,1 bilhões até novembro de 2003, não obstante a criação líquida de 1,9 milhão de vagas ocupadas no setor formal, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Este crescimento, somado ao aumento do teto de contribuição do RGPS, traduziu-se em um aumento da receita de contribuições do Regime da ordem de R\$ 12,1 bilhões (17,7%) nos primeiros 11 meses de 2004. Por outro lado, os dispêndios com benefícios aumentaram apenas R\$ 14,7 bilhões (16,2%) até novembro, em parte devido à mudança na sistemática de pagamento e provisionamento dos

As transferências a estados e municípios em 2004 incluem R\$ 1,1 bilhão de repasse da CIDE. Por outro lado, o menor dinamismo da arrecadação e o aumento das restituições do IR reduziram a base de cálculo para os fundos de participação.

A recuperação econômica gerou 1,9 milhão de novos empregos formais este ano, contribuindo para o aumento das receitas de contribuição previdenciária.

benefícios adotada em 2004. Enquanto na antiga sistemática o provisionamento de parte das despesas da Previdência ocorria no final do mês anterior ao pagamento (o restante do provisionamento e o respectivo pagamento estendendo-se até o dia 10 do mês), a partir de abril deste ano, o provisionamento passou a ser realizado no início do mês em que se dá o pagamento, o qual passou a ser feito até o 5º dia útil. O efeito do pagamento do 13º salário passou a ser, portanto, concentrado em Dezembro.

Em 2004, o déficit da Previdência Social, apurado até novembro, apresenta um crescimento de R\$ 2,6 bilhões (11,6%) relativamente ao mesmo período de 2003.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em novembro, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 27,4 bilhões.

Em novembro de 2004, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 27,4 bilhões, representando queda de R\$ 2,9 bilhões (9,6%) em relação no mês anterior. A redução observada explica-se por eventos sazonais, em virtude da arrecadação em outubro da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL relativa à declaração trimestral do período encerrado em setembro.

Outro fator sazonal a afetar o comportamento das demais receitas do Tesouro Nacional foi a arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras apresentou queda de R\$ 1,6 bilhão. Isto se deu em grande medida devido ao recolhimento, em outubro, do pagamento da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural referente ao trimestre encerrado julho-setembro. Por outro lado, a arrecadação referente à Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor Público (CPSS) registrou aumento de R\$ 470,4 milhões como decorrência do recolhimento sobre a gratificação natalina dos servidores públicos.

A receita bruta do Tesouro Nacional, no período de janeiro a novembro de 2004, totalizou R\$ 307,1 bilhões contra R\$ 262,7 bilhões em idêntico período de 2003. Nas receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, os principais fatores determinantes foram: i) o aumento da alíquota da Cofins incidente sobre entidades financeiras, da CSLL sobre empresas prestadoras de serviço e do IPI-Fumo (ao mesmo tempo em que houve redução das alíquotas do Imposto de Importação e do IPI sobre automóveis e bens de capital); ii) a adoção de medidas administrativas para melhoria da eficiência da arrecadação e combate à sonegação, tais como a retenção na fonte de Cofins, IRPJ, PIS e CSLL referente a pagamentos efetuados a empresas prestadoras de serviços, extinção de crédito presumido PIS/Cofins no IPI e instituição do Paes; iii) e a ampliação da base de arrecadação, com a incorporação do PIS/Cofins (não-cumulativa) sobre importações.

Também se destaca a aplicação (efetivamente a partir de agosto) da Lei nº 10.887/2004 que estabelece a alíquota de 22% para contribuição patronal do regime de previdência do servidor público (CPSS) na esteira da decisão do STF favorável à constitucionalidade do pagamento dessa contribuição pelos servidores inativos. A receita gerada por esta alíquota é meramente imputada ao Regime Jurídico Único—RJU sem que efetivamente gere caixa para o governo quando visto pela ótica consolidada, i.e., ela é financiada por uma despesa do próprio Governo Central sendo, portanto, neutra para o resultado fiscal.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 40,3 bilhões até novembro deste ano, frente a R\$ 32,0 bilhões no mesmo período do ano anterior. Parte desse incremento decorreu da retenção na fonte da Cofins, da contribuição para o PIS e da CSLL de pagamentos efetuados pelas empresas contratantes de prestadoras de serviço, conforme art. 30 da Lei nº 10.833/2003, receitas estas ainda não classificadas nos respectivos tributos. A rubrica “Refis e Paes” apresentou aumento de R\$ 1,0 bilhão, com destaque para o Parcelamento Especial (Paes) que, conforme a Lei nº 10.684/2003, entrou em vigor a partir de junho de 2003.

Em novembro, as transferências a Estados e Municípios atingiram R\$ 6,2 bilhões, contra R\$ 5,7 bilhões no mês anterior, não obstante novembro não ter contado com o repasse trimestral de R\$ 434,5 milhões referentes à Cide-Combustíveis arrecadada no trimestre julho-setembro ocorrido em outubro. As transferências constitucionais (IR, IPI e outros) mantiveram-se constantes apesar da redução, em novembro, da arrecadação do IR. Isto decorre do fato de que a base de cálculo para as transferências neste mês (arrecadação referente ao 3º

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Impostos	8,01%	7,77%
Imposto de Renda	5,93%	5,64%
IPI	1,25%	1,29%
Outros	0,84%	0,84%
Contribuições	8,27%	8,87%
Cofins	3,80%	4,35%
CPMF	1,47%	1,46%
CSLL	1,06%	1,12%
Cide - Combustíveis	0,48%	0,44%
Outras	1,45%	1,50%
Demais	2,26%	2,51%
Cota parte	0,74%	0,72%
Diretamente Arrecadada	0,58%	0,57%
Dividendos da União	0,26%	0,21%
Refis e Paes	0,15%	0,20%
Outras	0,53%	0,82%
Total Bruto	18,53%	19,14%

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2004 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV
Constitucionais (IR, IPI e outros)	4.156,0	4.141,5
Constitucionais (CIDE-Combustíveis)	434,5	-
Desoneração do ICMS	358,3	358,3
Demais	755,1	1.720,6
Total	5.704,0	6.220,5

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Decêndio	OUT	NOV
Terceiro Decêndio	5.381,9	5.301,0
Primeiro Decêndio	2.156,2	1.906,7
Segundo Decêndio	1.457,4	1.759,8
Total	8.995,5	8.967,5

**TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, JAN-NOV (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Constitucionais (IR, IPI e outros)	2,97%	2,87%
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,00%	0,07%
Desoneração do ICMS	0,26%	0,25%
Demais	0,67%	0,63%
Total	3,90%	3,82%

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas de novembro foram afetadas, dentre outros, pelo pagamento dos encargos sociais incidentes sobre o 13º salário dos servidores federais e pelos gastos com os programas de subsídios à agricultura.

decêndio de outubro, 1º e 2º de novembro) ter se mantido praticamente inalterada em relação à base de cálculo das transferências realizadas em outubro. O aumento nas demais transferências decorreu do repasse, em novembro, da Cota Parte de Compensações Financeiras relativo ao recolhimento trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural efetuado no último decêndio de outubro.

De janeiro a novembro de 2004, as transferências a estados e municípios perfizeram 3,82% do PIB. As transferências constitucionais (IR, IPI e outros) apresentaram queda de 0,10 ponto percentual do PIB em relação a 2003, uma vez que o crescimento nominal da arrecadação do IR de 14,3% foi bem inferior ao significativo acréscimo nas restituições do tributo este ano (29,1%, em termos nominais), as quais são deduzidas da base de cálculo daquelas transferências. As demais transferências passaram de 0,67% do PIB para 0,60% do PIB devido, principalmente, aos efeitos da apreciação cambial sobre arrecadação de *royalties*.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 15,8 bilhões em novembro, contra R\$ 15,3 bilhões no mês anterior. A variação de R\$ 483,1 milhões (3,2%) pode ser explicada, principalmente, pelo aumento nos gastos com pessoal e encargos sociais (R\$ 987,3 milhões) e pela redução das despesas com abono salarial. O incremento dos dispêndios com pessoal e encargos sociais decorreu em parte do pagamento da Gratificação Natalina (13º salário) dos servidores de órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do recolhimento total dos encargos incidentes (IR e CPSS) sobre a gratificação dos servidores públicos. As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) atingiram R\$ 608,7 milhões, frente R\$ 979,7 milhões em outubro, tendo a principal queda se concentrado na rubrica de abono salarial.

**OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
BRASIL, 2004 (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	OUT	NOV
Agricultura	55,3	215,6
Custeio Agropecuário	11,2	10,3
Investimento Rural	0,0	0,7
Preços Agrícolas	13,5	115,1
- EGF	0,2	1,2
- AGF	13,3	112,7
- Sustentação de preços	0,0	1,2
Pronaf	30,6	89,5
Cacau	0,0	0,0
Outros	222,6	110,9
Exportação (Proex)	36,2	45,1
Habituação (PSH)	0,0	0,0
Securitização Lei 9.138/95	129,2	3,5
Fundo da terra	57,1	62,4
Total	277,9	326,6

Os dispêndios com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 413,3 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 88,5 milhões em relação ao mês anterior. Os aumentos mais significativos foram observados nos programas de subsídios à agricultura, em especial: (i) Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 99,4 milhões), em função do exercício, por parte dos produtores, de suas opções de venda de milho e da aquisição direta de produtos agrícolas (milho e trigo), e; (ii) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 58,9 milhões), explicado pela concentração de solicitações de financiamento a partir de setembro, período

a partir do qual as condições para o plantio são mais favoráveis. Apresentarem também incrementos, em montantes menos expressivos, os gastos no âmbito do Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R\$ 8,9 milhões) e do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra (R\$ 5,3 milhões). Por outro lado, os vencimentos dos títulos relativos à securitização agrícola promovida pela Lei 9.135/95 se contraíram em R\$ 125,7 milhões.

Até novembro de 2004, as despesas do Tesouro Nacional atingiram 9,66% do PIB, apresentando aumento de 0,52 ponto percentual em relação às verificadas em igual período de 2003. Destaca-se, em especial, o aumento de 0,61 ponto percentual do PIB nas despesas de custeio e capital, explicado, principalmente, pelo incremento nas despesas discricionárias.

Por sua vez, o aumento de R\$ 7,7 bilhões nos gastos com pessoal e encargos verificados nos primeiros 11 meses de 2004 em comparação com 2003 correspondeu a uma pequena redução como percentual do PIB (0,08 ponto percentual). O incremento de 11,2% nessas despesas se explica principalmente em função do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, do reajuste dos servidores públicos federais e pelo efeito, a partir de setembro, da Lei nº 10.887, de 18/06/04, que trata da disciplina da alíquota de contribuição patronal para o custeio do regime de previdência do servidor ativo da União, de suas autarquias e fundações.

Os dispêndios com custeio e capital apresentaram crescimento nominal de R\$ 17,6 bilhões (29,3%) decorrente, principalmente, do aumento observado nas despesas discricionárias (R\$ 13,2 bilhões), com LOAS (R\$ 1,8 bilhão), da inclusão, em 2004, da despesa com a RMV (R\$ 1,6 bilhão) e do FAT (R\$ 962,9 milhões).

Os percentuais de execução, até novembro, dos limites de pagamento, constantes dos decretos de programação orçamentária e financeira realizados pelos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social) e demais ministérios alcançaram, respectivamente, 97,0% e 83,2%, contra 95,5% e 84,0% no mês anterior.

Com relação à execução de restos a pagar (RP) no acumulado do ano, o montante pago correspondeu a R\$ 6,5 bilhões, aproximadamente R\$ 2,3 bilhões a mais que no mesmo período do ano anterior (R\$ 4,2 bilhões). Foram pagos, até novembro de 2004, 73,8% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) –

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESpesas DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-NOV (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Pessoal e Encargos	4,87%	4,78%
Custeio e Capital	4,24%	4,84%
Despesas do FAT	0,55%	0,55%
Subsídios e Subvenções	0,24%	0,22%
LOAS/RMV (1)	0,29%	0,46%
Outras	3,16%	3,62%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

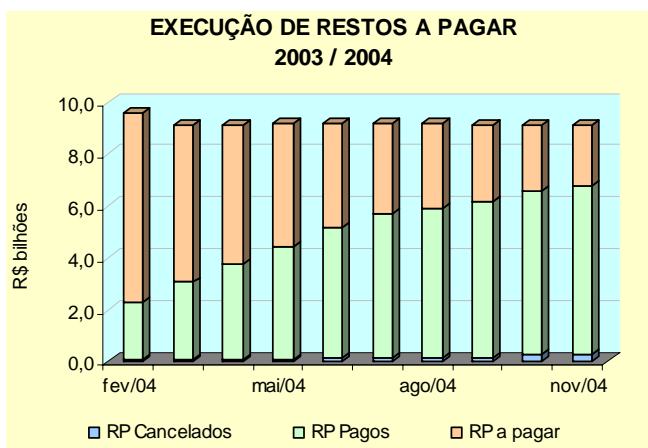
(1) RMV apenas em 2004

No ano, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios ligados a áreas sociais atingiu 97,0%.

Foram pagos, até novembro, 73,8% do total de restos a pagar (RP) inscritos.

respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 4.992, de 18/02/2004 – contra 57,8% no acumulado de 2003.

Do total de restos a pagar (RP) pagos em 2004, R\$ 2,9 bilhões (44,6% do total) corresponderam a gastos com investimentos.



Do montante de restos a pagar pagos até novembro, R\$ 3,2 bilhões (49,4%) correspondem a investimentos, sendo mais de um terço deste valor (33,5%) para o Ministério dos Transportes, seguidos do Ministério da Saúde (18,7%). Até novembro de 2004, foram pagos 65,5% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) relativos a despesas com investimentos.

No período de janeiro até novembro deste ano, os gastos com subsídios à habitação para a população de baixa renda, no âmbito do Programa de Subsídio à Habitação (PSH), apresentaram incremento de R\$ 206,0 milhões (133,5%) em relação a idêntico período do ano anterior. Da mesma forma, houve incremento dos dispêndios com subsídios à exportação (Proex), em R\$ 26,8 milhões, e com os programas voltados ao incentivo para a agricultura, em especial, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, em R\$ 108,4 milhões (14,8%) e a equalização no âmbito do Programa de Investimento Rural e Agroindustrial, em R\$ 66,2 milhões (25,5%).

Por outro lado, os gastos com o Programa Aquisições do Governo Federal (AGF) apresentaram queda, no montante de R\$ 134,2 milhões, em função do exercício, por parte dos produtores, de suas opções de venda de milho, em setembro, e café, em outubro de 2003, sem correspondência neste ano.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Agricultura	1.653,6	1.450,2
Custeio Agropecuário	320,9	103,3
Investimento Rural	259,2	325,4
Preços Agrícolas	246,3	80,1
- EGF	15,4	5,3
- AGF	204,6	70,4
- Sustentação de preços	26,3	4,4
Pronaf	733,2	841,6
Pesa	93,4	36,2
Cacau	0,6	63,5
Outros	967,8	1.032,8
Securitização	425,1	132,7
Habitação (PSH)	154,3	360,3
Exportação (Proex)	388,4	415,2
Fundo da Terra	0,0	124,7
Total	2.621,4	2.483,0

Previdência Social

A Previdência Social registrou déficit primário de R\$ 2,5 bilhões em novembro, 3,7% inferior ao mês anterior. A arrecadação líquida atingiu R\$ 7,7

bilhões no mês, R\$ 78,0 milhões abaixo da registrada no mês anterior, devido principalmente à menor arrecadação de depósitos judiciais. Por sua vez, a despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 10,1 bilhões em novembro, inferior em R\$ 172,3 milhões da verificada em outubro.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004

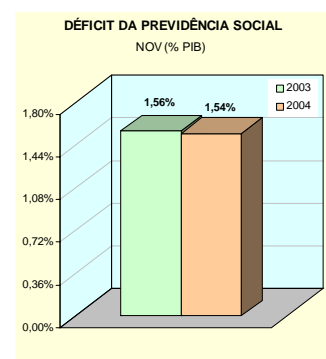
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	OUT 2004	NOV 2004	JAN-NOV 2003 2004	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	7.758,7	7.680,8	68.432,5	80.534,3
Arrecadação Bruta	8.380,4	8.406,2	74.306,1	87.529,2
- Contribuição Previdenciária	7.710,8	7.802,9	69.551,0	81.088,9
- Simples	408,0	428,5	3.041,1	3.901,2
- CDP	0,0	0,0	0,0	0,2
- CFT	64,4	47,2	415,3	671,2
- Depósitos Judiciais	147,5	77,3	892,3	1.347,4
- Refis	34,1	34,0	285,7	342,3
- Outras Receitas	15,6	16,3	120,6	177,8
(-) Restituição/Devolução	-40,7	-118,5	-422,7	-372,0
(-) Transferências a Terceiros	-581,0	-606,9	-5.450,9	-6.622,9
II. BENEFÍCIOS TOTAIS	10.314,1	10.141,8	90.582,0	105.249,1
Benefícios Previdenciários	10.314,1	10.141,8	89.069,6	105.249,1
Renda Mensal Vitalícia (RMV)	0,0	0,0	1.512,4	0,0
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.555,3	-2.461,1	-22.149,5	-24.714,8
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,56%	-1,54%

Em novembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 2,5 bilhões.

Nos primeiros 11 meses de 2004, o RGPS registrou déficit primário de cerca de R\$ 24,7 bilhões, 11,6% acima do déficit registrado no período equivalente em 2003, e 0,02 ponto percentual menor como proporção do PIB. Em parte, o resultado até novembro é afetado pela mudança da sistemática de provisionamento dos benefícios adotada em 2004.

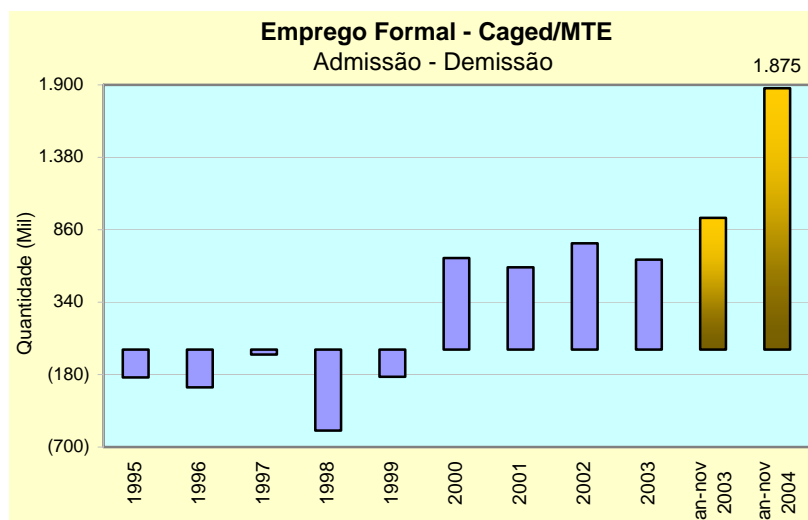
Até o mês de novembro a arrecadação líquida atingiu R\$ 80,5 bilhões, representando acréscimo nominal de 17,7% em relação à verificada em 2003. A arrecadação correspondeu a 5,02% do PIB no acumulado de 2004, apresentando aumento de 0,19 ponto percentual quando comparada a igual período de 2003.

O comportamento do emprego no setor formal contribuiu para a evolução da receita previdenciária. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostram que foram criados 1,9 milhão de novos empregos com carteira assinada em 2004, representando aumento de 8,1% no volume de ocupações. Outro fator que também contribuiu para o crescimento das receitas foi o efeito do aumento do teto das contribuições, que não se reproduzirá como variação de receita em 2005.



RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-NOV (% PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004
Contribuição	4,83%	5,02%
Benefícios	6,39%	6,56%
Resultado Primário	-1,56%	-1,54%



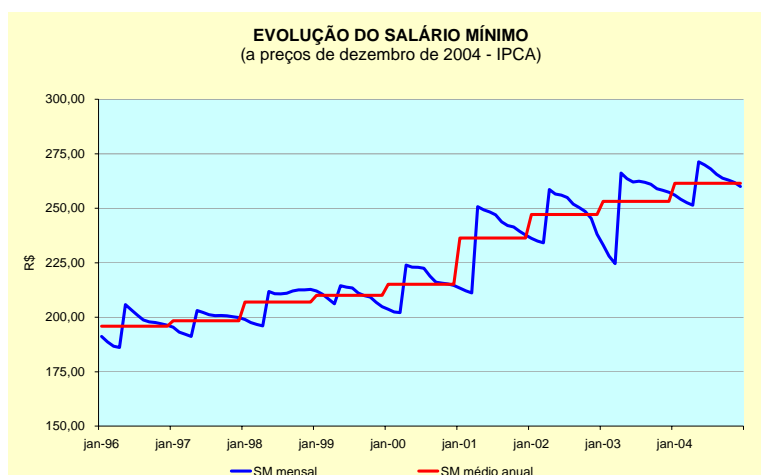
As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 105,2 bilhões no acumulado do ano, superando em R\$ 14,7 bilhões o montante observado no mesmo período de 2003. Em relação ao PIB, essas despesas apresentaram aumento da ordem de 0,17 ponto percentual. Ressalta-se a modificação do cronograma de pagamento dos beneficiários do INSS introduzida em 1º de abril de 2004 (Lei nº 10.699/03), o qual passou a ser executado entre o 1º e 5º dia útil de cada mês. Também foi alterada a regra de provisionamento dos recursos financeiros junto à rede bancária: i) até março o provisionamento era feito em parcelas iguais repassadas em dez dias, sendo a primeira no último dia útil do mês anterior do pagamento do benefício e as outras nove nos primeiros nove dias úteis do mês de pagamento; ii) a partir de 1º de abril, o provisionamento passou a ocorrer apenas em três parcelas que são repassadas aos bancos nos três primeiros dias úteis do mês de pagamento. Com isso, a partir deste ano, não é mais efetuado o provisionamento no último dia útil do mês de novembro do valor referente à parcela do décimo terceiro dos aposentados que recebem no 1º da útil de dezembro.

**BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, MÉDIA JAN-NOV**

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	%
Quantidade*	21,4	22,4	4,7%
Valor médio**	422,5	470,7	11,4%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

O aumento das despesas previdenciárias no acumulado do ano decorre do incremento de: i) 11,4% no valor médio dos benefícios pagos, com reflexo do reajuste do salário mínimo e do aumento daqueles benefícios com valores acima do piso; e ii) 1,01 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos no ano de 2004, equivalente a cerca de 4,7% no estoque. Destaca-se ainda o incremento verificado no ano na rubrica “Precatórios” devido, principalmente, ao pagamento de decisões dos tribunais de pequenas causas referentes a reajustes das aposentadorias.



No mês de novembro foram emitidos 23,0 milhões de benefícios, representando um crescimento de 0,20% em relação ao mês anterior. O benefício que apresentou maior variação em relação a outubro foi o amparo assistencial (LOAS), com crescimento de 1,03%.

Na comparação da média de janeiro a novembro de 2004 em relação ao ano anterior, destacam-se os aumentos de 422,8 mil aposentadorias (3,5%), 297,2 mil benefícios de auxílio-doença (32,4%) e 186,8 mil de Loas emitidos para idosos (29,9%). O aumento do benefício assistencial para o caso específico do idoso é explicado pela vigência do Estatuto do Idoso, que alterou as regras para a concessão do benefício, reduzindo a idade mínima de 67 anos para 65 anos, e flexibilizando a composição da renda para o cálculo do limite máximo necessário para a concessão. A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2003-2004

	Em mil benefícios			
	OUT 2004	NOV 2004	MÉDIA JAN-NOV 2003	MÉDIA JAN-NOV 2004
TOTAL	22.907	22.953	21.408	22.418
PREVIDENCIÁRIOS	19.553	19.585	18.399	19.186
Aposentadorias	12.547	12.585	11.933	12.356
Idade	6.400	6.420	6.033	6.296
Invalidez	2.499	2.508	2.381	2.456
Tempo de contribuição	3.648	3.657	3.519	3.603
Pensão por morte	5.600	5.612	5.395	5.548
Auxílio - doença	1.333	1.316	918	1.215
Salário - maternidade	47	46	132	43
Outros	26	26	21	24
ACIDENTÁRIOS	753	751	722	745
Aposentadorias	135	136	127	133
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	130	127	106	124
Auxílio - acidente	266	266	264	266
Auxílio - suplementar	92	92	95	93
ASSISTENCIAIS	2.591	2.607	2.286	2.482
Amparos Assistenciais - LOAS	2.014	2.034	1.625	1.884
Idoso	905	918	624	811
Portador de deficiência	1.109	1.117	1.001	1.073
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	560	555	643	581

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 389,8 bilhões, perfazendo 22,4% do PIB dos últimos doze meses. Em relação a outubro, o saldo da dívida aumentou R\$ 2,5 bilhões, explicado, principalmente, pela emissão líquida de títulos em mercado e pela apropriação dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna, não obstante a redução da dívida externa líquida, decorrente da apreciação cambial no mês.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	167.874	174.470	184.332
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	700.668	764.214	774.010
Dívida Contratual da STN	-404.505	-442.001	-440.191
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-128.289	-147.743	-149.486
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	226.244	212.831	205.425
Dívida Mobiliária em Poder do Público	173.813	169.098	162.942
Títulos Depositados em Garantia	-3.662	-3.934	-3.656
Dívida Contratual	57.007	48.126	46.555
Disponibilidades	-914	-459	-416
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	394.118	387.302	389.757
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,6%	22,5%	22,4%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

Em novembro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 389,8 bilhões, equivalentes a 22,4% do PIB acumulado em doze meses, 3,2 pontos percentuais inferiores ao registrado no mesmo mês de 2003.

Em relação a novembro de 2003, a dívida líquida em proporção do PIB está 3,2 pontos percentuais inferior ao saldo daquele mês, com destaque para a redução da dívida externa líquida, em virtude dos resgates dos bônus de renegociação em outubro de 2004 e da amortização de obrigações junto a organismos multilaterais, além da apreciação cambial verificada no período.

Dívida Interna Líquida

O crescimento da dívida interna líquida no mês deveu-se, principalmente, à emissão líquida de títulos em mercado, da ordem de R\$ 2,0 bilhões, e à incorporação por competência dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003	2004	
	NOV	OUT	NOV
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	167.874	174.470	184.332
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	700.668	764.214	774.010
LFT	439.396	443.119	442.979
LTN	85.217	133.508	144.909
NTN-C	58.810	76.423	77.963
NTN-D	30.655	17.128	14.881
Demais	63.632	72.421	71.630
Dívida Securitizada	20.944	19.096	19.164
TDA	2.015	2.520	2.484
DÍVIDA CONTRATUAL	-532.794	-589.744	-589.678
<i>Tesouro Nacional</i>	-404.505	-442.001	-440.191
Dívida Bancária	25.693	25.403	25.371
Lei nº 7.976/89	-10.266	-8.565	-8.191
Lei nº 8.727/93	-47.792	-48.040	-48.042
Lei nº 9.496/97	-210.417	-237.968	-239.836
Renegociação Dívida Municipais	-30.526	-35.245	-35.497
Demais Haveres da STN	-131.197	-137.585	-133.996
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-128.289	-147.743	-149.486
FAT	-88.375	-101.964	-103.146
Demais Entidades	-39.914	-45.779	-46.340
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	45,4%	44,3%	44,4%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,6%	-34,2%	-33,8%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,2%	-25,7%	-25,3%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	10,9%	10,1%	10,6%

Em relação a novembro de 2003, a dívida mobiliária do Tesouro em percentual do PIB caiu 1,0 ponto percentual, e apresentou importante aumento dos títulos prefixados na sua composição.

As emissões de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em novembro totalizaram R\$ 34,6 bilhões, resultado de ofertas públicas, emissões diretas e operações do Programa Tesouro Direto. Já os resgates alcançaram R\$ 32,6 bilhões, o que resultou numa emissão líquida de títulos públicos da ordem de R\$ 2,0 bilhões.

As emissões por meio de oferta pública totalizaram R\$ 34,3 bilhões, sendo: i) R\$ 20,6 bilhões em LFT, com vencimentos em novembro de 2005, junho e novembro de 2006 e março de 2007; ii) R\$ 12,7 bilhões em LTN, com vencimentos em outubro de 2005 e julho de 2006; iii) R\$ 478,9 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; iv) R\$ 206,7 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009 e de 2015, agosto de 2024 e maio de 2045; e v) R\$ 340,7 milhões em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008.

Já os títulos da DPMFi lançados por meio de emissões diretas totalizaram R\$ 273,1 milhões, sendo: i) R\$ 200,0 milhões em NTN-C para renegociação de dívida com o Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND; ii) R\$ 47,6 milhões em CFT-E1 para o Fies; iii) R\$ 14,9 milhões em TDA por

Emissões e Resgates

Em novembro, o Tesouro realizou emissões superiores aos resgates em R\$ 2,0 bilhões, com destaque para as LTN, cujas emissões líquidas foram de R\$ 9,6 bilhões.

solicitação do Incra, para fins de indenização de desapropriações para a reforma agrária e; iv) R\$ 10,6 milhões em NTN-I para o Proex.

No mês de novembro, o Tesouro emitiu R\$ 34,6 bilhões em títulos, sendo que 99,1% desse montante correspondeu a emissões por meio de oferta pública.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em novembro de 2004, as vendas de títulos via Tesouro Direto aumentaram 43,9% em relação ao mesmo período de 2003, fazendo com que o estoque em poder do público tenha ultrapassado R\$ 450 milhões. Neste mês o número de investidores cadastrados alcançou 31.674 pessoas.

Quanto à composição das vendas, as LTN apresentaram a maior participação no volume vendido, atingindo 33,5% do total, enquanto que as LFT representaram 30,7%, e as NTN-C 25,8% do total vendido. Esse resultado mantém a tendência verificada nos últimos meses, de maior participação das LTN no montante das vendas.

A composição do estoque não sofreu alterações significativas. As NTN-C continuaram sendo os títulos com maior participação na carteira dos investidores, respondendo por 49,3% do estoque de títulos vendidos pelo programa, ao passo que as LTN tiveram uma participação de 23,8%.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, NOV/2004

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	34.291,9	273,1	29,5	34.594,5
LFT	20.604,0	0,0	9,1	20.613,1
LTN	12.661,6	0,0	9,9	12.671,4
NTN-B	206,7	0,0	1,0	207,7
NTN-C	478,9	200,0	7,6	686,5
NTN-F	340,7	0,0	1,9	342,6
TDA	0,0	14,9	0,0	14,9
Securitizeda*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	58,2	0,0	58,2
II. RESGATES**	27.581,9	4.997,2	8,5	32.587,7
LFT	21.731,2	4.144,0	0,9	25.876,1
LTN	3.095,5	0,0	1,4	3.096,8
NTN-B	647,2	315,1	0,9	963,3
NTN-C	401,5	0,0	4,9	406,4
NTN-D	1.706,5	0,0	0,0	1.706,5
NTN-F	0,0	0,0	0,5	0,5
TDA	0,0	62,0	0,0	62,0
Securitizeda*	0,0	35,1	0,0	35,1
Demais	0,0	441,0	0,0	441,0
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	6.709,9	-4.724,0	21,0	2.006,9

* Inclui dívida agrícola.

** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas através do programa de venda de títulos pela internet, Tesouro Direto, totalizaram R\$ 29,5 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 9,9 milhões em LTN, com vencimentos em abril e julho de 2005 e janeiro de 2006; ii) R\$ 9,1 milhões em LFT, com vencimentos em janeiro de 2006 e 2007; iii) R\$ 7,6 milhões em NTN-C, com vencimentos em março de 2011, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro 2031; iv) R\$ 1,9 milhão em NTN-F, com vencimento em janeiro de 2008; e v) R\$ 1,0 milhão em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045.

O volume total resgatado de títulos públicos em novembro atingiu R\$ 32,6 bilhões, sendo R\$ 32,2 bilhões decorrente do pagamento de principal e encargos e R\$ 408,1 milhões referentes a cancelamentos. Dentre estes cancelamentos destacam-se: i) R\$ 196,9 milhões em NTN-C; ii) R\$ 183,8 milhões em NTN-B; iii) R\$ 14,6 milhões em NTN-C, aceitas no leilão de NTN-B; e iv) R\$ 12,7 milhões em LFT, aceitas no leilão de NTN-C.

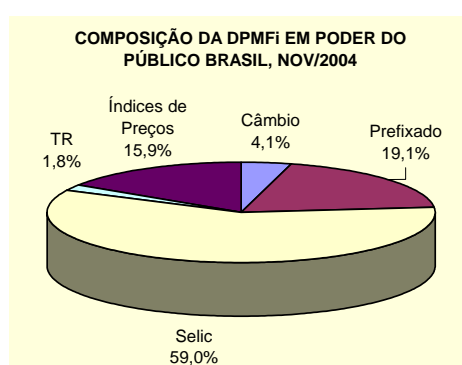
No que tange à composição da DPMFi, observou-se uma redução na participação de títulos remunerados pela taxa selic em 0,78 ponto percentual, em decorrência do resgate líquido de LFT no valor de R\$ 5,3 bilhões. Além disso, também houve queda de 0,45 ponto percentual da participação dos títulos indexados ao câmbio, devido ao resgate líquido de NTN-D no valor de R\$ 1,7 bilhão e um aumento significativo na participação dos títulos prefixados em 1,31 ponto percentual, decorrente da emissão líquida de LTN no valor de R\$ 9,6 bilhões.

Composição

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2003/2004 (%)

INDEXADOR	2003		2004
	NOV	OUT	NOV
Selic	65,11	59,79	59,01
Câmbio	7,02	4,55	4,10
Prefixados	12,27	17,80	19,11
Índices de Preços	13,84	15,98	15,93
TR	1,76	1,87	1,84

* Não inclui dívida agrícola.



Em novembro, os títulos remunerados pela taxa selic tiveram sua participação reduzida no conjunto da DPMFi em 0,78 ponto percentual. Por outro lado, os títulos prefixados apresentaram aumento significativo, de 1,31 ponto percentual na sua participação.

Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em linha com as diretrizes de administração da dívida pública de fortalecer o mercado dos títulos a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de novembro, leilões de NTN-B e NTN-C, remuneradas pelo IPCA e IGP-M, respectivamente.

O leilão de NTN-B ocorreu nos dias 11 e 12 de novembro, com liquidação financeira no dia 16. O montante vendido foi de R\$ 206,7 milhões, tendo sido recebidos R\$ 190,7 milhões em troca por outros títulos (92,2%) e R\$ 16,0 milhões em dinheiro (7,8%). Foram ofertados títulos com vencimentos em 2006, 2009, 2015, 2024 e 2045, sendo que a participação foi de 3,4%, 52,0%, 19,0%, 15,5% e 10,1% respectivamente. Os títulos com vencimento em 2006 foram vendidos à taxa de 8,65% a.a., aqueles com o vencimento em 2009 e 2015 saíram com taxa de 8,80% a.a., enquanto os títulos com vencimentos em 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 8,86% a.a. e 9,10% a.a., respectivamente.

Quanto às NTN-C, o montante emitido foi de R\$ 478,9 milhões nos leilões realizados nos dias 29 e 30 de outubro, com liquidação financeira no dia 1º de novembro, sendo que R\$ 273,3 milhões corresponderam à parcela recebida em dinheiro (57,1%), e R\$ 205,6 milhões, à parcela recebida em títulos (42,9%). Neste leilão, os títulos ofertados tinham vencimentos em 2017, 2021 e 2031, cuja participação no total das vendas corresponderam a 0,4%, 37,3% e 62,3%, e as taxas de venda foram de 8,19% a.a., 8,24% a.a. e 8,26% a.a., respectivamente.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público reduziu-se, passando de 14,92% a.a. em outubro para 14,16% a.a. em novembro. A principal causa desta queda foi a forte apreciação do real frente ao dólar no período (variação de -4,4% em novembro contra variação de -0,07% em outubro), que reduziu o custo da NTN-D em 46,92 pontos percentuais.

Em novembro, o custo médio anualizado da DPMFi atingiu 14,16%, inferior em 0,76 ponto percentual ao valor do mês anterior.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2004

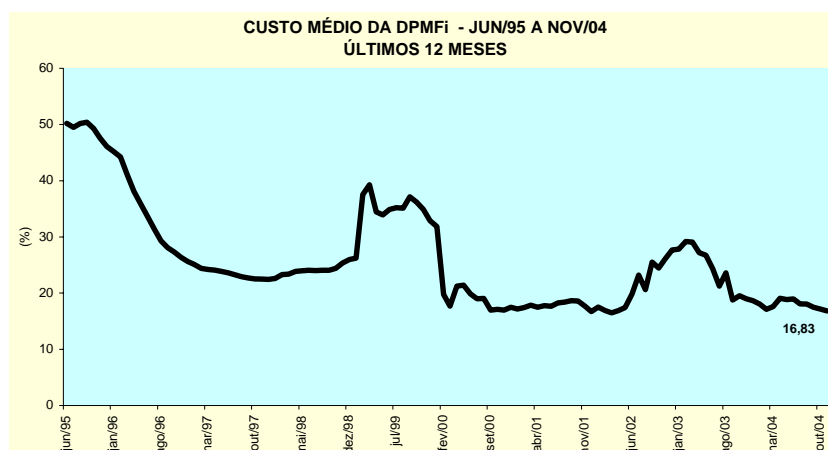
PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	Nov	18,57
	Dez	17,33
2003	22,91	18,41
2004	Jan	17,67
	Fev	17,66
	Mar	17,36
	Abr	17,61
	Mai	17,13
	Jun	17,43
	Jul	17,57
	Ago	17,24
	Set	16,22
	Out	15,29
	Nov	17,49
	Nov	14,16

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Excluindo-se o efeito dos títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 15,29% a.a. em outubro para 17,49% a.a. em novembro. Este movimento decorreu, em boa medida, do efeito da elevação dos índices de preços no período sobre o custo da NTN-B e NTN-C, já que o IPCA elevou-se de 0,44% para 0,66% e o IGP-M alcançou 0,82% ante 0,39% no mês anterior.

O custo médio da DPMFi acumulado em 12 meses atingiu 16,83% em novembro, inferior em 0,35 ponto percentual ao valor apurado em outubro.



Já o custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses apresentou redução, passando de 17,18% a.a. em outubro, para 16,83% a.a. em novembro. Este decréscimo foi resultado, principalmente, da variação cambial referida anteriormente e da taxa selic em novembro de 2004 ter sido inferior ao do mesmo mês de 2003.

No mês de novembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução de 0,51 mês, tendo alcançado 28,21 meses, ante os 28,72 meses de outubro. Destaque-se que os prazos médios de emissão das NTN-C, NTN-B, LTN e das LFT (271,91 meses, 140,38 meses, 11,37 meses e 18,90 meses, respectivamente) superaram os prazos médios dos respectivos estoques em outubro (69,65 meses, 103,26 meses, 5,86 meses e 17,87 meses). Não obstante esse fato, a redução do prazo médio da DPMFi pode ser explicada pela aproximação dos vencimentos dos títulos em circulação.

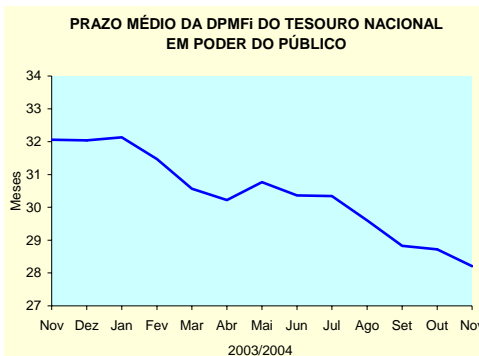
Prazo Médio

Em novembro, os prazos médios de emissão das NTN-C, NTN-B, LTN e LFT foram superiores aos prazos médios dos respectivos estoques em outubro.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

PERÍODO		TOTAL	OF. PUB. (1)
2003	Nov	32,06	24,15
	Dez	32,04	24,50
2004	Jan	32,13	24,79
	Fev	31,47	24,17
	Mar	30,57	23,37
	Abr	30,22	22,69
	Mai	30,77	23,57
	Jun	30,36	23,24
	Jul	30,34	23,23
	Ago	29,60	22,42
	Set	28,83	21,60
	Out	28,72	21,65
	Nov	28,21	21,18

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

TÍTULOS	Meses		
	2003 NOV	2004 OUT	2004 NOV
LTN	6,95	5,86	5,54
LFT	22,76	17,87	17,75
NTN-B	128,00	103,26	105,27
NTN-C	67,65	69,65	68,88
NTN-D	13,72	10,28	10,33
TDA	57,22	62,43	63,19
Dívida Securitizada*	58,24	60,14	60,16
Demais	111,74	99,53	97,77
TOTAL	32,06	28,72	28,21

(*) Inclui dívida agrícola.

A dívida externa líquida no mês de novembro atingiu R\$ 205,4 bilhões, equivalente 11,8% do PIB acumulado em doze meses. Em relação ao mês anterior, houve um decréscimo do estoque da dívida em moeda nacional da ordem de R\$ 7,4 bilhões, em função da citada apreciação do real frente ao dólar.

Com relação ao estoque da dívida expresso em moeda norte-americana, verificou-se um acréscimo de 1,21%, devido à depreciação da moeda norte-americana perante às outras moedas estrangeiras que compõem a dívida externa do País, uma vez que não ocorreram emissões de títulos no mercado internacional.

Dívida Externa Líquida

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2003/2004

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2003	2004	
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	173.813,1	169.098,2	162.942,2
Bônus de Renegociação	48.304,8	41.278,6	39.460,7
Bônus de Captação	125.508,2	127.819,6	123.481,5
II. DÍVIDA CONTRATUAL	57.006,7	48.125,6	46.554,7
Organismos Multilaterais	31.592,1	26.930,6	25.900,3
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.495,5	9.059,0	8.665,2
Clube de Paris	15.919,1	12.136,0	11.989,2
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	230.819,8	217.223,8	209.496,9
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.662,0	-3.933,9	-3.655,5
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-914,2	-458,5	-416,0
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	226.243,6	212.831,4	205.425,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,7%	12,4%	11,8%

A Dívida Externa Líquida apresentou um decréscimo de R\$ 7,4 bilhões, resultado da apreciação do real frente ao dólar.

Os pagamentos referentes à DPFe, em novembro, totalizaram R\$ 2,4 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão referem-se ao principal e R\$ 0,9 bilhão a juros e encargos. Do total do pagamento de principal no mês, a maior parte (R\$ 1,4 bilhão) é decorrente de contratos com organismos multilaterais.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, NOV/2004

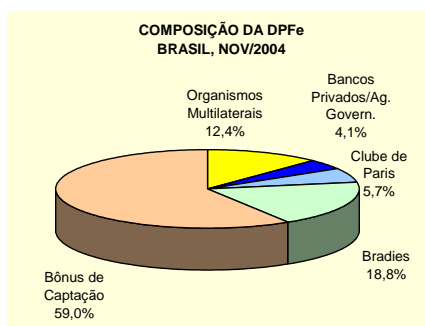
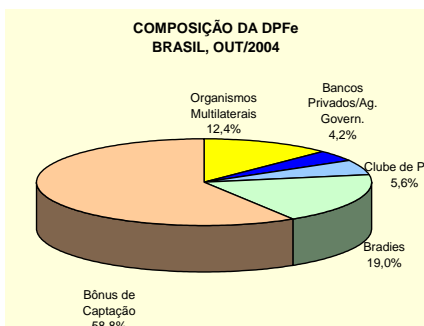
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	1.484,8	911,9	2.396,7
I.1. Organismos Multilaterais	1.444,9	102,4	1.547,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	39,9	9,2	49,1
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	0,0	800,3	800,4
EURO 2006	0,0	300,3	300,3
ROTHSCHILD (DL6019)	0,0	0,0	0,1
GLOBAL 2027	0,0	500,0	500,0

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 2,4 bilhões em novembro, dos quais R\$ 1,4 bilhão refere-se ao pagamento de principal de contratos com organismos multilaterais.

Composição

Em relação à composição do estoque da DPFe, no mês de novembro, não ocorreram mudanças significativas, em função da não emissão de títulos e também de pequenos vencimentos de principal.



Os bônus de captação tiveram sua participação no total dos títulos da Dívida Pública Federal Externa aumentado em 0,12 ponto percentual, alcançando no mês de novembro a cifra de 59,0%. No sentido inverso, os brades tiveram sua participação reduzida em 0,18 ponto percentual.

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu pequeno decréscimo, passando de 6,10 anos em outubro para 6,00 anos em novembro, variação esta decorrente da aproximação das datas de vencimento dos títulos. No que diz respeito ao custo médio, em dólares, verificou-se estabilidade em relação a outubro, mantendo-se em 9,06% a.a..

Prazo e Custo Médios

**TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA
MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2003/2004**

DISCRIMINAÇÃO	2003		2004
	NOV	OUT	NOV
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,05	6,10	6,00
Bônus de Renegociação	5,82	5,72	5,60
Bônus de Captação	6,14	6,21	6,12
Globais	6,95	7,23	7,17
Euros	3,49	3,23	3,17
Demais	2,99	2,22	2,14
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,96	9,06	9,06
Bônus de Renegociação	4,87	5,47	5,47
Bônus de Captação	10,53	10,22	10,21
Globais	10,91	10,59	10,59
Euros	10,28	9,95	9,95
Demais	6,04	6,06	6,07

* Custo Médio em dólares.

Em novembro, a Dívida Pública Mobiliária Externa do Tesouro Nacional apresentou custo médio de 9,09% a.a. e prazo médio de 6,0 anos.

Boxe 3 – Brasil Reabre Título com Vencimento em 10 Anos

No dia 03 de dezembro, o Brasil retornou ao mercado internacional captando recursos através da reabertura do *Global 2014*, que havia sido emitido pela primeira vez em julho deste ano. Foram emitidos na operação US\$ 500 milhões em títulos com vencimento em 2014.

O título pagará cupom semestral equivalente a 10,5% a.a., tendo sido emitido a 114,75% do seu valor de face, implicando em rentabilidade ao investidor de 8,24% a.a. O *spread* da operação ficou em 398 pontos básicos acima dos títulos de referência do Tesouro Norte-Americano.

Com essa operação, o volume captado no mercado global relativo ao programa de financiamento externo para o ano de 2005, já totaliza US\$ 1,5 bilhão, alcançando 25% do volume previsto para o referido período.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2003	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2004
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	33.122,3	43.722,8	28.242,9	33.315,9	34.365,2	35.478,1	36.923,5	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0
I.1 - Recolhimento Bruto	24.680,5	29.313,2	20.344,4	24.241,0	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	-190,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.032,3	1.230,3	910,0	1.066,6	1.340,3	1.959,6	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9
I.4 - Receita das Operações de Crédito	80,9	111,6	144,4	193,9	237,5	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1
I.5 - Receita do Salário Educação	181,7	162,8	315,5	147,5	184,5	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.121,1	13.054,5	6.515,9	7.664,8	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	25,9	40,4	12,7	2,2	2,3	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0
II. DESPESAS	29.289,6	49.745,8	33.020,9	27.274,2	33.860,0	28.568,8	35.235,5	29.859,4	34.147,0	34.971,3	35.656,6	36.888,7	44.298,0
II.1 - Liberações Vinculadas	6.543,4	5.838,4	7.148,1	7.547,0	5.883,3	6.763,1	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.118,6	4.256,7	4.862,9	5.162,6	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	889,0	309,8	316,2	865,8	308,5	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	265,9	265,9	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.269,9	1.006,0	1.685,7	1.235,3	1.094,1	1.141,9	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9
II.2 - Liberações Ordinárias	22.746,2	43.907,4	25.872,8	19.727,1	27.976,7	21.805,7	28.493,4	24.380,7	27.520,1	27.415,5	29.503,5	29.816,1	36.943,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.648,2	7.504,7	7.562,1	6.519,4	6.324,9	6.208,7	6.661,5	7.950,7	6.482,6	6.938,1	7.122,2	6.926,1	10.269,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	186,4	5.199,6	2.133,4	212,3	269,1	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1
i) Dívida Contratual Interna	109,7	397,5	109,6	121,2	115,8	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6
ii) Dívida Contratual Externa	76,7	4.802,2	2.023,8	91,1	153,3	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	53,0	3.552,8	2.662,2	1.203,3	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.692,7	19.733,5	9.464,9	6.509,8	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.792,0
II.2.5 - Custeio e Investimento	3.712,8	6.757,8	3.821,9	4.978,7	5.563,2	6.490,5	5.569,2	5.879,3	6.496,6	5.880,4	8.553,1	5.337,5	5.606,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	453,2	1.159,0	228,2	303,5	217,6	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	3.832,8	-6.023,0	-4.778,1	6.041,7	505,2	6.909,3	1.687,9	3.689,8	288,2	1.839,1	26,7	-1.717,5	-5.947,0
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	10.810,9	20.221,5	26.905,3	10.709,0	19.240,8	24.014,6	8.483,0	23.869,0	30.017,8	19.299,8	23.279,7	3.801,9	33.070,1
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	10.406,9	14.756,6	26.219,8	9.662,3	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	22.511,2	2.879,8	31.238,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	404,0	5.464,8	685,5	1.046,7	858,9	2.410,0	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7
V. DESPESAS	23.853,9	27.512,6	23.225,2	8.920,2	25.347,6	3.856,8	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	18.175,2	20.417,7	22.161,7	9.693,7	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	18.076,7	19.125,7	22.061,6	9.587,3	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7
V.1.2 - Dívida Contratual	98,5	1.292,0	100,0	106,3	108,1	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	5.678,7	7.094,9	1.063,5	-773,5	377,9	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-7.669,8	-4.369,0	4.158,2	75,0	-6.479,7	18.783,1	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7	9.225,7	-29.098,7	6.137,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-15.726,5	-38.857,1	-10.451,0	20.127,2	-23.142,3	39.079,8	-19.103,9	13.792,4	-1.548,1	2.159,8	8.261,6	-34.005,2	-2.636,2

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Nov/2003	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2004
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.683,7	2.169,3	6.776,9	12.565,3	16.059,6	20.072,7	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4
I.1. Emissão de Títulos	0,0	0,0	6.131,9	4.522,7	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.520,6	2.137,7	608,4	2.342,4	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	163,2	31,6	36,6	198,6	123,7	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	5.501,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	10.200,0	27.712,3	16.130,0	268,6	33.600,2	8.060,0	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9
II.1. Resgate de Títulos	8.500,0	24.444,9	14.090,9	-605,2	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0
II.2. Encargos da DPMF	1.700,0	3.267,4	2.039,1	873,9	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9
III. RESULTADO (I - II)	-6.516,3	-25.543,0	-9.353,1	12.296,6	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Nov/2003	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2004
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	66,1	35,3	13,5	10,3	6,6	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	13,4	0,0	0,0	173,5	1,9	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	8,0	149,7	17,6	-4,5	157,1	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	10,1	1,1	2,1	0,6	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-2,1	149,2	0,5	0,0	156,9	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	-0,6	15,0	-5,1	0,0	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2
IV. PRONAF	-36,4	245,2	97,4	80,9	46,9	89,5	57,5	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	30,7	122,8	23,9	21,2	20,0	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-67,1	122,4	73,4	59,7	26,9	68,3	38,2	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8
V. PROEX	32,1	458,6	-8,2	-75,6	70,0	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	44,8	316,4	10,3	0,0	49,2	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1
V.2. Concessão de Financiamento (1)	-12,7	142,2	-18,5	-75,6	20,7	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	88,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,2	4,2	26,3	45,3	35,2	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	3,2	1.503,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	0,0	0,0	-0,9	7,7	-0,4	38,4	-9,4	7,6	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4
XI. TOTAL	86,7	2.485,1	145,7	237,5	317,3	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	221,1	277,9	326,6

(*) Dados revisitos, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Nov/2003	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2004
I. DÍVIDA INTERNA	167.874,3	170.978,2	163.738,5	168.650,9	182.193,1	186.630,4	162.567,4	165.496,8	160.394,3	164.751,2	171.830,5	174.470,1	184.332,0
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	774.009,5
Dívida Bancária	25.692,8	25.681,8	25.643,9	25.609,6	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6
INSS	-15.183,6	-15.256,5	-15.348,0	-15.470,8	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5
Lei 7.976/89	-10.265,7	-9.683,7	-9.778,1	-9.654,4	-9.609,4	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1
Bônus Renegociação	-20.246,0	-19.716,8	-20.015,8	-19.808,6	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6
Lei 8.727/93	-47.792,1	-47.806,2	-47.775,1	-47.771,9	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9
Lei 9.496/97	-210.416,9	-211.717,4	-213.702,4	-215.602,8	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-30.526,3	-30.792,1	-31.090,8	-31.463,3	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7
Recebíveis das Estatais	-33.329,4	-33.704,1	-33.541,2	-33.675,7	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0
Outros	-43.760,3	-43.861,2	-44.199,6	-44.044,5	-44.331,8	-44.415,8	-44.469,8	-44.753,7	-45.063,3	-44.923,7	-44.430,5	-44.499,3	-44.658,0
Fat	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3
Demais Entidades	-39.914,4	-40.993,9	-41.310,4	-41.102,4	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.339,7
Créditos das Operações Oficiais	-13.219,1	-13.563,9	-13.761,9	-13.745,7	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6
Arrecadação a Recolher	-5.458,8	-1.215,4	-7.986,2	-6.619,6	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-4.534,4
II. DÍVIDA EXTERNA	226.243,6	220.639,8	228.439,2	225.289,6	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4
Dívida Mobiliária	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5
Dívida Contratual	57.006,7	53.544,8	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7
Disponibilidades	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	394.117,9	391.618,1	392.177,8	393.940,5	406.670,3	400.920,4	390.745,6	392.584,8	382.153,0	380.018,5	383.640,5	387.301,5	389.757,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,6%	25,2%	25,0%	25,0%	25,5%	25,0%	24,1%	23,9%	23,0%	22,5%	22,5%	22,5%	22,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/2003	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2004
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	173.813,1	171.614,0	178.835,2	177.162,9	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	48.304,8	47.318,9	48.165,6	47.721,8	47.591,6	45.444,3	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6	39.460,7
Brazil Investment Bond (BIB)	913,4	894,8	910,8	902,4	855,7	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1
Par Bond (PB)	4.539,7	4.447,1	4.526,6	4.484,9	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3
Discount Bond (DB)	3.957,5	3.876,7	3.946,1	3.909,7	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.515,1	1.484,1	1.510,7	1.496,8	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.287,9	18.894,2	19.232,3	19.055,1	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9
Debt Conversion Bond (DCB)	11.073,9	10.847,8	11.042,0	10.940,2	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6
New Money Bond (NMB)	3.379,4	3.310,4	3.369,7	3.338,6	3.332,6	3.067,3	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,0
Eligible Interest (EI)	3.638,0	3.563,7	3.627,5	3.594,1	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0	2.020,9
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	125.508,2	124.295,1	130.669,6	129.441,1	128.995,5	120.870,7	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6	123.481,5
Euro 2004	1.734,2	1.788,8	1.797,4	1.786,0	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1	-	-	-
Euro 2005	4.381,6	4.519,4	4.541,3	4.512,5	4.435,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1
Euro 2006	2.436,0	2.511,6	2.523,8	2.507,2	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3
Euro 2007	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7
Euro 2009	1.769,6	1.825,3	1.834,1	1.822,5	1.791,4	1.765,6	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1
Euro 2010	2.654,5	2.737,9	2.751,2	2.733,7	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7
Euro 2011	3.539,3	3.650,6	3.668,2	3.645,0	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.634,2	3.634,2
Euro 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2
Eurolibra 2007	761,9	777,4	804,6	816,7	805,4	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0
Euroliira 2017	1.370,8	1.414,0	1.420,8	1.411,8	1.387,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6
Global 2004	8.848,2	8.667,6	8.822,7	8.741,4	8.725,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2005	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7
Global 2006	4.424,1	4.333,8	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1
Global 2007	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8
Global 2008	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8
Global 2009	5.898,8	5.778,4	5.881,8	5.827,6	5.817,2	5.889,4	6.258,2	6.258,2	6.068,0	5.854,6	5.854,6	5.854,6	5.509,4
Global 2010	7.373,5	7.223,0	7.352,3	7.284,5	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8
Global 2011	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4
Global 2012	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4
Global 2013	3.686,8	3.611,5	3.676,1	3.642,3	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4
Global 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0
Global 2019	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.856,5	2.730,7
Global 2020	2.949,4	2.889,2	2.940,9	2.913,8	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7
Global 2024	8.773,6	8.594,5	8.748,3	8.667,7	8.652,2	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0
Global 2027	10.322,9	10.112,2	10.293,2	10.198,3	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.557,5
Global 2030	4.719,0	4.622,7	4.705,4	4.662,1	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1
Global 2034	-	-	4.411,4	4.370,7	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1
Global 2040	15.211,0	14.900,5	15.167,1	15.027,4	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1
Marco Alemão 2007	1.809,6	1.866,5	1.875,5	1.863,6	1.831,9	1.805,5	1.861,1	1.859,3	1.859,3	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.858,1
Marco Alemão 2008	1.357,2	1.399,9	1.406,7	1.397,7	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6
Samurai 2006	1.612,6	1.617,5	1.665,7	1.601,4	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.556,7	1.607,0	1.588,8
Samurai 2007	2.150,2	2.156,6	2.220,9	2.135,1	2.227,1	2.129,5	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.662,0	-3.649,4	-3.797,8	-3.867,3	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5
III. DÍVIDA CONTRATUAL	57.006,7	53.544,8	53.766,4	52.364,9	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	226.243,6	220.639,8	228.439,2	225.289,6	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,7%	14,2%	14,6%	14,3%	14,1%	13,3%	14,1%	13,8%	13,3%	12,8%	12,4%	12,4%	11,8%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Nov/2003	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2004
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.007.129,1	980.367,7	987.953,5	1.000.121,2	1.023.720,3	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.075.067,5
I. Dívida em Mercado	700.668,5	703.320,0	708.313,5	714.575,0	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	774.009,5
Dívida Securitizada	20.944,2	19.879,7	19.805,8	19.958,0	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	19.164,1
TDA	2.015,1	1.933,3	2.043,2	2.038,8	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6
LTN	85.216,6	91.309,9	92.174,7	100.285,7	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2
LFT	439.395,6	433.346,5	436.104,8	435.157,2	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0
LFT-A	3.589,9	3.610,2	3.626,5	3.636,0	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9
LFT-B	7.455,6	6.494,0	6.415,7	6.347,8	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3
NTN-A	13.216,2	12.975,3	13.233,7	13.139,4	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1
NTN-B	15.765,9	18.049,9	19.576,6	21.210,6	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8
NTN-C	58.810,3	61.897,4	61.664,0	62.588,8	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6
NTN-D	30.655,0	30.110,1	29.610,1	26.019,6	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0
NTN-F	-	449,0	902,9	1.201,2	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1
NTN-I	1.371,2	1.601,9	1.602,0	1.565,2	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6
NTN-P	2.609,3	2.626,9	2.643,0	2.657,3	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9
CFT-A	12.859,9	12.327,2	12.210,2	12.216,5	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0
CFT-D	2.913,0	2.845,1	2.887,4	2.851,8	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7
Demais	3.850,8	3.863,7	3.812,9	3.701,2	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7
II. Dívida com BACEN	306.460,6	277.047,8	279.640,0	285.546,3	289.654,9	284.566,1	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0
LTN	102.217,9	100.893,8	106.415,7	112.126,9	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1
LFT	122.708,0	96.603,3	97.869,0	98.601,4	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1
NTN-D	68.303,7	66.692,1	62.067,1	61.382,4	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0
Demais	13.230,9	12.858,6	13.288,3	13.435,6	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9
Dívida em Mercado/PIB	45,4%	45,2%	45,2%	45,3%	46,1%	46,4%	44,7%	44,8%	44,4%	44,2%	44,4%	44,3%	44,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Nov/2003	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2004
I. INTERNA	-128.288,9	-130.706,1	-133.019,7	-133.676,3	-136.181,4	-137.525,0	-139.385,7	-142.356,5	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.486,1
Dívida contratual	709,5	487,3	495,5	490,8	487,3	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2
FAT	-88.374,6	-89.712,2	-91.709,3	-92.573,9	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3
Aplicações financeiras	-4.601,1	-4.254,8	-4.127,7	-3.591,3	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0
Fundos Regionais	-24.565,0	-24.849,1	-25.383,6	-25.757,5	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.277,3
Demais	-11.457,7	-12.377,3	-12.294,7	-12.244,4	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7
II. EXTERNA	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0
Disponibilidades	-914,2	-869,5	-364,6	-370,9	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-129.203,1	-131.575,6	-133.384,3	-134.047,3	-136.528,6	-137.905,2	-139.793,0	-142.746,4	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.902,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,4%	-8,5%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

COMENTÁRIOS

No mês de novembro de 2004, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo nominal de 0,31% (zero vírgula trinta e um por cento) quando comparados aos repasses efetuados em outubro de 2004.

Em novembro de 2004, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.356,15 milhões, contra R\$ 3.366,6 milhões no mês de outubro, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

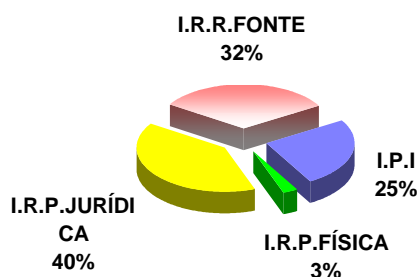
Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2004, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas,

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **novembro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

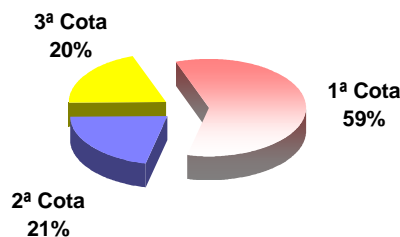
**BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/
FNE/FCO**



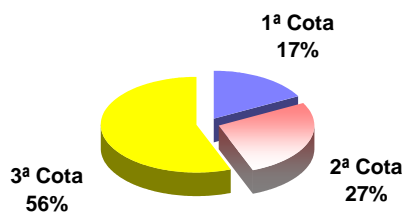
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/04 OUT/04	NOV/04 NOV/03	JAN A NOV/04 JAN A NOV/03
2003	1.916,5	1.698,9	20.705,2	-	-	-
2004	2.017,6	2.023,9	22.558,9	-0,3%	+5,3 %	+8,9 %

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	NOV	OUT	JAN A NOV	NOV/04 OUT/04	NOV/04 NOV/03	JAN A NOV/04 JAN A NOV/03
2003	1.831,3	1.623,3	19.784,9	-	-	-
2004	1.928,0	1.934,0	21.556,3	-0,3%	+5,3 %	+8,9 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 639/03 os créditos relativos ao mês de **novembro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/11, 19/11 e 25/11**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
NOV	+8,0%	-0,3%	+8,0%	-0,3%	-8,0%	-1,1%

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de outubro a 20 de novembro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3º Dec./Out.	334,7	4.966,3	5.301,0						
Out/2004	1.975,4	5.911,6	7.887,1	Nov/2004	8.967,4	1.638,8	1.715,0	166,4	621,2
1º Dec./Nov.	532,1	1.374,6	1.906,7	3º Dec/Out	5.301,0	968,8	1.013,8	28,5	354,9
2º Dec./Nov.	1.091,4	668,3	1.759,8	1º Dec/Nov	1.906,7	348,4	364,7	45,2	133,8
3º Dec./Nov.	352,0	3.868,7	4.220,6	2º Dec/Nov	1.759,8	321,6	336,6	92,8	132,5

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	9.436,46	56.063,39	16,77	11.600,45
AL	40.603,97	68.175,77	389,98	19.907,56
AM	23.990,51	45.729,11	5.317,53	13.670,20
AP	6.494,14	55.915,90	1,34	11.186,53
BA	154.880,80	153.985,04	11.105,87	60.059,87
CE	89.289,60	120.237,21	1.964,72	38.014,27
DF	3.483,64	11.311,01	9,98	2.956,72
ES	30.597,59	24.582,02	7.707,41	12.909,62
GO	62.801,29	46.592,76	1.364,94	20.112,95
MA	68.880,14	118.291,95	1.574,36	46.252,93
MG	225.423,36	73.000,40	18.864,78	61.476,31
MS	25.527,72	21.828,83	1.027,19	9.063,03
MT	32.465,78	37.821,89	1.468,78	13.487,77
PA	62.324,57	100.163,53	6.268,20	38.040,34
PB	55.259,94	78.480,55	505,76	23.812,69
PE	86.537,55	113.080,56	1.037,83	34.042,08
PI	42.509,20	70.819,16	110,94	21.546,26
PR	115.813,31	47.249,92	18.333,74	36.296,30
RJ	50.745,57	25.035,97	17.118,25	18.886,71
RN	43.189,68	68.467,48	453,84	19.938,19
RO	15.491,51	46.142,09	195,92	11.017,08
RR	8.185,21	40.653,74	14,23	8.637,40
RS	115.713,08	38.590,49	24.100,08	35.722,62
SC	66.693,26	20.973,38	14.102,01	19.485,47
SE	24.844,41	68.097,11	97,38	16.525,08
SP	230.040,96	16.388,01	33.289,80	61.784,89
TO	26.120,70	71.123,97	7,37	17.195,58
TOTAL	1.717.343,95	1.638.801,24	166.449,02	683.628,89

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Dez/Nov	Jan/Dez	Fev/Jan
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+22,0 %	-10,0 %	+1,0 %
IPI-EXP	+2,0 %	-21,0 %	-1,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Fev/2004	26/03/04	Jul/2004	30/08/04
Mar/2004	20/04/04	Jan a Jun/2004	30/08/04
Abr/2004	21/05/04	Ago/2004	30/09/04
Mai/2004	01/07/04	Set/2004	20/10/04
Jun/2004	30/08/04	Out/2004	26/11/04

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 26 de dezembro de 2003, a Portaria STN 639, de 19 de dezembro de 2003, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2004.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados
Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580

Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em novembro de 2004, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.494,0 milhões, contra R\$ 2.434,8 milhões em outubro de 2004. Os repasses para o Fundo apresentaram acréscimo de 2,4% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 3,5% do ICMS-FUNDEF.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: >Governo, >DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

R\$ Mil

Origens	outubro	Partic.	novembro	Partic.	Nov/ Out
FPM	301.270,7	12,4%	300.332,0	12,0%	-0,3%
FPE	290.104,1	11,9%	289.200,2	11,6%	-0,3%
IPI-EXP	29.702,5	1,2%	29.373,4	1,2%	-1,1%
LC 87/96	42.387,5	1,7%	42.387,5	1,7%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	22.335,8	0,9%	22.335,8	0,9%	0,0%
ICMS	1.749.000,6	71,8%	1.810.430,3	72,6%	3,5%
Total	2.434.801,3	100%	2.494.059,2	100%	2,4%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

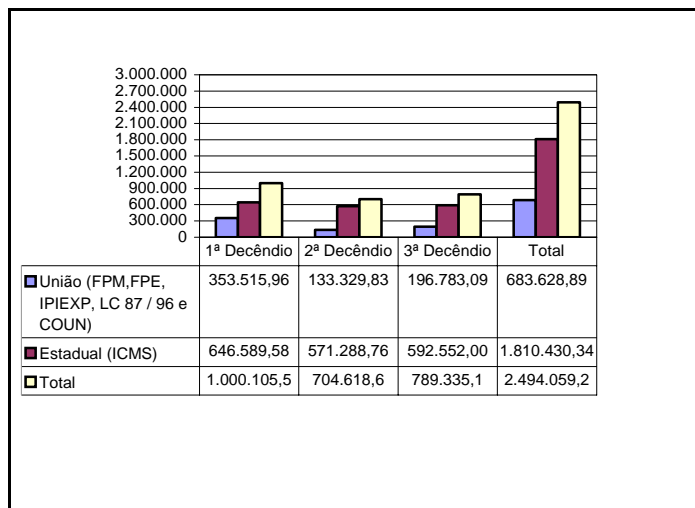
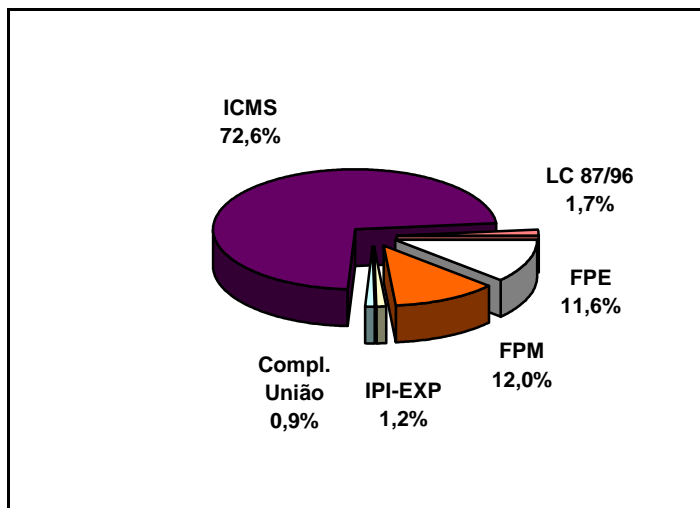
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2004 - PORTARIA Nº 024, DE 29 DE JANEIRO DE 2004

Portaria MF nº 24, de 29 de janeiro de 2004, publicado no D.O.U. em 30/01/04, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2004.

MÊS	ALAGOAS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
JANEIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
FEVEREIRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MARÇO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
ABRIL	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
MAIO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JUNHO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
JULHO	855.690	6.044.130	36.693.765	19.215.750	4.198.125	67.007.460
AGOSTO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
SETEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
OUTUBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
NOVEMBRO	285.230	2.014.710	12.231.255	6.405.250	1.399.375	22.335.820
DEZEMBRO	1.140.920	8.058.840	48.925.020	25.621.000	5.597.500	89.343.280
TOTAL	4.848.910	34.250.070	207.931.335	108.889.250	23.789.375	379.708.940

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - NOVEMBRO/2004 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	140.732	9.894	1.665	3	0	39	3.595	15.195	108,0	1.187,7
AL	681.631	12.031	7.165	69	285	357	15.100	35.008	51,4	509,3
AM	702.496	8.070	4.234	938	0	428	36.687	50.358	71,7	700,3
AP	123.954	9.868	1.146	0	0	173	2.341	13.527	109,1	1.231,2
BA	3.145.874	27.174	27.332	1.960	2.015	1.580	72.525	132.585	42,1	488,8
CE	1.629.478	21.218	15.757	347	0	692	27.936	65.950	40,5	477,8
DF(2)	295.507	1.996	615	2	0	344	0	2.957	10,0	113,5
ES	506.045	4.338	5.400	1.360	0	1.812	41.076	53.985	106,7	1.069,8
GO	946.678	8.222	11.083	241	0	567	44.380	64.493	68,1	810,1
MA	1.515.900	20.875	12.155	278	12.231	713	14.985	61.238	40,4	454,0
MG	3.234.938	12.882	39.781	3.329	0	5.484	187.619	249.095	77,0	775,0
MS	411.164	3.852	4.505	181	0	525	29.583	38.646	94,0	951,1
MT	575.966	6.674	5.729	259	0	825	36.384	49.872	86,6	943,9
PA	1.563.132	17.676	10.998	1.106	6.405	1.855	32.181	70.221	44,9	459,0
PB	785.138	13.850	9.752	89	0	122	14.234	38.047	48,5	538,4
PE	1.454.254	19.955	13.330	183	0	574	41.287	75.329	51,8	570,8
PI	680.126	12.497	7.502	20	1.399	128	9.118	30.664	45,1	515,3
PR	1.575.874	8.338	20.438	3.235	0	4.285	99.656	135.952	86,3	940,9
RJ	1.995.272	4.418	8.955	3.021	0	2.493	163.944	182.831	91,6	990,4
RN	556.513	12.082	7.622	80	0	154	20.949	40.887	73,5	736,0
RO	296.998	8.143	2.734	35	0	106	15.749	26.766	90,1	891,8
RR	73.528	7.174	1.444	3	0	16	1.324	9.962	135,5	1.596,8
RS	1.560.320	6.810	20.391	4.253	0	4.268	122.892	158.615	101,7	1.061,8
SC	881.442	3.701	11.769	2.489	0	1.526	59.326	78.811	89,4	1.042,3
SE	382.172	12.017	4.384	17	0	106	10.373	26.898	70,4	799,6
SP	5.136.533	2.892	39.837	5.875	0	13.181	700.148	761.933	148,3	1.329,8
TO	272.309	12.551	4.610	1	0	33	7.041	24.237	89,0	1.011,1
Total	31.123.974	289.200	300.332	29.373	22.336	42.388	1.810.430	2.494.059	80,1	819,5

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 02, de 02.01.2004. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.